

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Obrigado, Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer um registro especial nessa tarde da presença nas galerias deste plenário dos vereadores da cidade de Arroio Trinta: a vereadora Adriane Biava; dos vereadores João Paulo Terci; Santo Claudir da Silva e Reovaldo Antônio Secco.

Também gostaria de registrar a presença do vereador Cleomar de Oliveira, de Brunópolis, ele

está acompanhado da sua esposa Aline e sua linda filha, Milena.

Ainda registrar a presença das vereadoras Marilete Lucia Pramio Bortoli, de Ipumirim e Ivanete Medianeira Potrich, de Piratuba, que estão participando do encontro dos vereadores aqui.

E apenas fazer um breve registro, se v.exa. me permitir, fui consultor político durante vários anos e na minha opinião, sr. presidente, o vereador é o que detém o poder mais legitimado. Por quê? Porque ele é aquele que está mais próximo do eleitor.

Então, parabéns aos vereadores pelo excelente trabalho que fazem de reunir a comunidade aos anseios da sociedade para discutir com os seus prefeitos e com suas comunidades.

Então, gostaria de prestar essa homenagem aos vereadores que estão aqui.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mario Marcondes.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Gostaria também de aqui da Mesa fazer um registro também do nosso companheiro, amigo parceiro, suplente de deputado estadual Marcelo Schrubbe, secretário municipal da nossa querida cidade Blumenau.

Quero desejar-lhe boas-vindas neste Parlamento. É sempre bom ter o amigo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito os registros. Esta Presidência, da mesma forma, deseja as boas-vindas a esta Casa.

Deputado Mario Marcondes, pediria a v.exa. que presidisse esta sessão para que este deputado possa fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, deputado Mario Marcondes, srs.

deputados, gostaria hoje de fazer dois registros. O primeiro, vivemos hoje no contexto mundial, deputado Cesar Valduga, o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca.

A temática, acredito ser extremamente importante principalmente se olharmos para o nosso planeta Terra, onde nos confrontamos, no dia a dia, com situações diferentes em cada uma de suas regiões e, às vezes, em muitas delas extremamente preocupante.

E este dia é reconhecido pela ONU, que faz esse reconhecimento desse dia mundial de luta, de enfrentamento, à questão da seca e à desertificação.

Nós vivemos, no nosso estado, situações adversas, às vezes a **precipitação da chuva**, em alguns momentos, é altíssima, e, às vezes, provocando, de outro lado, períodos extensos de estiagem. Portanto, vivemos com essas duas situações. De um lado, convivendo com as cheias, e de outro lado vivendo no enfrentamento à seca, a estiagens mais prolongadas.

E a nossa região, da faixa do extremo oeste do estado de Santa Catarina, é uma região que indica que num período curto de tempo poderemos estar enfrentando uma situação de desertificação. Portanto, não só a ausência, em períodos mais prolongados, da chuva, mas nós temos a ausência da água, tanto seja pela chuva, quanto a partir das nascentes, fontes e, às vezes, os rios secando também.

Então, são estudos que trazem uma extrema preocupação para todos nós, para toda sociedade. Mas aqui, de maneira muito especial, um desafio muito forte, muito grande, a todos os entes públicos do nosso país, para que possamos buscar estratégias, alternativas ao enfrentamento desta dura realidade que certamente irá expulsar muitas pessoas, famílias, do seu espaço de trabalho e de convivência.

No dia de hoje e no dia de ontem, no município de Campos Novos, estão reunidos, e nós estamos lá presentes, também através do Fórum Parlamentar do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais,

debatendo e discutindo com os 16 Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina, que estão extremamente preocupados com esta situação toda. E, ao mesmo tempo, também, na busca da construção de um plano estadual de política para recursos hídricos ou de recursos hídricos, no estado de Santa Catarina.

Nosso estado precisa avançar neste contexto. Nós temos alguns rios, que abastecem as águas subterrâneas, que estão totalmente comprometidos. E aqui faço menção a uma pesquisa, através do projeto da Rede Aquífero Guarani em Serra Geral, que foi realizada durante um período de cinco anos, e em 316 poços de uso público, analisados através deste trabalho, pela rede do Aquífero Guarani e Serra Geral, foi constatado que 60% apresentam a presença de coliformes fecais. Isso dos poços subterrâneos, de onde é tirada a água do Aquífero Serra Geral, em cima dos rios das bacias do rio Jacutinga, rio do Peixe e Chapecó.

Apenas nesses rios estão em solo catarinense 50% de uma das maiores reservas de água doce, que é o Aquífero Guarani. E se nós não tivermos o cuidado com a água superficial, e esta água que está sendo explorada através dos poços do Aquífero da Serra Geral, corremos o risco de, num período curto, estarmos comprometendo esse grande manancial de água, que é o Aquífero Guarani. Em algumas regiões já está sendo explorado esse bem público, que é a bacia de água subterrânea. Isso nos remete a termos maior responsabilidade e cuidado com tudo isso.

Então, no Dia Mundial de Luta Contra a Seca e a Desertificação, temos que nos sentir desafiados a construir políticas para fazermos o enfrentamento, para que tenhamos água de qualidade e um planeta melhor para viver e sobreviver.

O segundo aspecto que queira trazer presente hoje - o deputado Natalino Lázare também é de uma região essencialmente produtora -, é sobre as questões da vitivinicultura. Nós aprovamos, nesta Casa, o Dia do Vinho, o suco na merenda escolar e, agora, apresentamos um projeto para traçarmos uma rota turística da vitivinicultura, que se refere à

questão da uva e do vinho, e para o qual pedimos o apoio de todos os srs. parlamentares.

Eu acho que nós temos aqui basicamente cinco regiões que têm como cultura a produção da uva e ao mesmo tempo o vinho. Estou falando da região do vale do Itajaí, onde temos um setor produtor de uva e vinho, temos também o sul do estado, o planalto serrano, o vale do rio do Peixe e a região oeste, que começa a despontar como uma dessas regiões de produção de uva e de vinho.

Portanto, esse projeto contempla essas cinco regiões grandes regiões do nosso estado, tentando traçar aqui uma rota turística exatamente para contribuir e dar visibilidade maior ainda a essa importante cultura que ajuda não só na economia, como também no desenvolvimento de todas essas regiões do nosso estado de Santa Catarina. O nosso estado ainda não possui isso, mas sei que a secretaria de Turismo do estado está trabalhando para a criação desta rota turística. Assim sendo, nos somamos a isso através desse projeto de lei, dando assim uma visibilidade diferenciada, como a do nosso estado vizinho, a serra gaúcha, que já contempla a rota turística. Enfim, tem alguns marcos que são determinantes para o desenvolvimento desta cultura, a cultura da vitivinicultura no nosso estado, também. Queremos que isso aconteça, deputado Kennedy Nunes.

Então, essas seriam as duas manifestações que gostaria de fazer, na tarde de hoje, que julgo extremamente importantes.

Por fim, quero fazer o registro de que estivemos, ontem, este deputado e os deputados Maurício Eskudlark e Mauro de Nadal, com um grupo de prefeitos da região do extremo oeste, secretários regionais e outras lideranças, tratando de questões extremamente estratégicas, importantes para aquela região.

Foram três audiências extremamente produtivas, e acreditamos que pudemos avançar em algumas questões, como da produção do leite, da Infraestrutura e Saúde. Julgo que essa reunião com esses diferentes setores do governo do estado foi muito produtiva.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero saudar o presidente da Associação Empresarial de Brusque, o sr. Edegar Fischer; o prefeito de Guabiruba, Matias Kohler; o presidente da Câmara, vereador o Felipe Eilert dos Santos; o secretário do Desenvolvimento Regional Ewaldo Ristow; presidente do CDL, Tamica; a Luana Schumacher; o Ademir Pereira; o reitor do centro universitário de Brusque, o Günther; que estão em Florianópolis, nas galerias desta Casa, reivindicando importantes eventos para a comunidade de Brusque, Guabiruba e Botuverá.

Quero também anunciar e agradecer a presença do vereador Madruguinha, de Correa Pinto; e da presidente do Conselho Tutelar, a Fabiana Amaral.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Quero fazer o registro da presença nesta Casa dos dirigentes da Apae do município de Penha e de maneira especial do vereador Italiano, rei do Parque Beto Carreiro, que trabalhou lá por 23 anos e hoje é um representante legislativo que honra a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Sejam todos bem-vindos ao Parlamento, inclusive o domador dos leões do Parque Beto Carreiro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, gostaria de fazer um registro muito importante. Sou jornalista e lembro que quando acompanhamos uma matéria ao longo de um tempo chamamos de "box", que é a cronologia dos fatos, e uma coisa que defendo é a palavra. Uma

coisa que me instiga a provar alguma coisa é quando alguém diz que não estou falando a verdade. Meu maior patrimônio é a minha palavra. Meu pai sempre ensinou para os filhos que a palavra é o maior patrimônio do homem, que este precisa sempre ter crédito. Ele dizia: "Você não precisa ter tudo na vida, basta ter crédito e amigos que possam te ajudar". A vida é essa!

E gostaria de trazer para vocês a cronologia de algo que há algum tempo já venho falando, que ontem fechou, não da forma como eu gostaria no início. Enfim, ontem fechou esse assunto que estou falando há algum tempo.

Queria que a assessoria mostrasse nos telões. Vou falar dos R\$ 20 milhões do Badesc, que a prefeitura de Joinville assinou ontem.

Dos R\$ 20 milhões só chegaram 13 milhões, por isso fiquei chateado. Por quê? Porque dia 7 de fevereiro de 2013 eu fui com o prefeito Udo Döhler, ele havia recém assumido a prefeitura, eu tinha perdido para ele no segundo turno; peguei o prefeito, o trouxe até o Badesc; o presidente do referido órgão era João Paulo Kleinübing; também, de costas, estava o secretário de Infraestrutura à época, o Romualdo; ao lado estava o secretário de Finanças da Fazenda, Nelson Corona.

Eu levei o prefeito Udo Döhler no dia 07 de fevereiro de 2013, que foi o primeiro prefeito a saber do 'juro zero', deputado Gean Loureiro, porque quando tem um poço d'água quem chega primeiro toma água limpa. É isso que diz o ditado.

E o que fiz, deputado Dalmo Claro? Eu levei o prefeito que veio com o secretário Romualdo e o Corona, no dia 7 de fevereiro, até porque Joinville era a maior prefeitura e tinha maior *per capita*. Assim, nós conseguimos esse recurso de R\$ 20 milhões e, na época, o João Paulo Kleinübing falou ao prefeito que ele era o primeiro a saber antes de o governador lançar o programa! E o que precisava? Precisava apresentar as certidões, as negativas e os projetos executivos para liberar o recurso e fazer.

Solicito à assessoria que proceda à exibição das fotos.

(Procede-se à exibição das fotos.)

Eu estou falando de 7 de fevereiro de 2013, há vinte e oito meses. O que é que aconteceu? Não resolveu. No dia 28 de novembro de 2013 cheguei ao prefeito, percebendo a demora na liberação do recurso, para saber o que estava acontecendo. Aí o prefeito levou para uma reunião com o governador Raimundo Colombo e o presidente do Badesc, João Paulo Kleinübing, para esclarecê-lo sobre o programa. Todos acreditaram que a partir daquele momento Joinville iria receber, realmente, a verba de R\$ 20 milhões.

(Continua a exibição de fotos.)

Agora, estou em novembro, final de ano, como não estava acontecendo, passou.

Em maio de 2014, como não saia nada, eu peguei e fui ao Badesc. Cheguei lá, bati na mesa e disse: Poxa, como é que pode não sai o dinheiro do Badesc lá da prefeitura, e já vim em fevereiro, em novembro e não sai! E daí o que é que aconteceu? Passei vergonha, porque a pessoa que estava lá, a Evelise, que cuida disso, ela me mostrou que o dinheiro da prefeitura, em maio de 2014, não saia porque a mesma não tinha apresentado nem projeto técnico, nem as certidões, e as negativas.

Vim a esta tribuna, neste dia, e quem quiser procurar lá no *You Tube* vá em maio de 2014, tem um depoimento deste deputado aqui na tribuna dizendo: "Passei vergonha". Sabe aquele negócio quando o deputado vai lá brigar pelo município e daí chega lá e vê que o prefeito é incompetente por não fazer as coisas e nós quebramos a cara?!

Em 5 de fevereiro de 2015, 24 meses depois, eu aproveitei a visita do Raimundo Colombo que fez lá e daí ele conseguiu fazer a assinatura do contrato do Badesc, mas apenas iria disponibilizar R\$ 4 milhões dos R\$ 20 milhões, porque ele só tinha conseguido apresentar os projetos de R\$ 4 milhões. Era quase esse valor, eram três milhões e pouco de reais, isso em fevereiro de 2015. Ontem, eu participei da assinatura do convênio do Badesc, assinei como testemunha e a minha bronca é pela demora da prefeitura. Comeu mosca, pagou sapo, foi incompetente, não conseguiu as certidões, não

conseguiu apresentar, e aí tive que ouvir do governador uma frase que me deixou muito chateado. Ele disse: "Prefeito Udo, o senhor é o último prefeito que nós estamos assinando".

Mas ele foi o primeiro a saber do projeto! Assim, eu vi, deputado Vicente Caropreso, que a Bíblia se confirma quando diz: "Que os primeiros serão os últimos e os últimos serão os primeiros". Então, o prefeito Udo Döhler fez questão de fazer cumprir a Bíblia, porque ele foi o primeiro prefeito a saber e o último a assinar. E o pior, eram R\$ 20 milhões, mas por conta da demora, da incompetência, da perda, ele só conseguiu assinar R\$ 13 milhões. Perdeu R\$ 7 milhões. Sete!

Para finalizar, podemos passar o próximo *slide* que trata da matéria que saiu no jornal *ANotícia*: "Badesc libera verba para 48 ruas de Joinville."

Essa foto é do Jackson da Assessoria de Comunicação daquela prefeitura. A prefeitura mandou a foto para o jornal, e cortaram este deputado. Cortaram meio ombro do prefeito Udo Döhler. Coitado do prefeito, ficou com metade do ombro cortado porque este deputado não podia aparecer na foto. Mas espera aí? Por que eu fui cortado nesta foto? O mais interessante é que eles cortaram, mas deixaram a minha mão, e a minha mão estava assinando o contrato como testemunha. É uma barbaridade!

Agora olhem só, o jornal *Notícias do Dia* usou a foto da Assessoria de Comunicação e colocou lá o presidente do Badesc, o governador, o prefeito Udo Döhler, aparece a minha carequinha e também a do presidente da Celesc, Cleverson Siewert. Isso foi engraçado!

Deputado Padre Pedro Baldissera, ontem, quando cheguei no evento, eu senti que estraguei a festa de alguém. Logo que cheguei, disse que estava lá para participar da assinatura do convênio do Badesc com a prefeitura de Joinville. E, com isso, srs. deputados, o prefeito Udo Döhler deu uma bufada e deve ter pensado: "Mas o que ele está fazendo aqui?" Mas espera aí. Fui eu que levei o homem! Meu pai fala que o pior dos pecados é a ingratidão. E é difícil quando você faz de tudo

para ajudar a sua cidade e a incompetência e ingratidão do governo fazem com que o munícipe e a cidade percam, deputado Dr. Vicente Caropreso, R\$ 7 milhões.

Então, estou aqui para dizer ao povo de Joinville, de Santa Catarina, estou contando a história. Estou relatando os fatos, e contra os fatos não há argumento. Faço isso porque gosto da verdade. E, prefeito, não seja tão ingrato, Joinville não merece isso!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Eu estava conversando com a deputada Dirce Heidercheidt, do município de Palhoça, o deputado Mário Marcondes, de São José, e eu sou deputado de Florianópolis, e fomos pedir informações ao Badesc, se a prefeitura de São José, Florianópolis e Palhoça conseguiram enviar todos os documentos, para ver se eles também não perderam. Até porque talvez a ingratidão, o fato, não seja exclusividade de uma prefeitura do norte do estado.

Quando fui deputado federal ingressei com uma emenda para construir 32 academias da saúde, numa capital de estado, e determinado estado da federação, que v.exa. sabe qual é. Essa emenda foi apresentada para o Orçamento de 2012, quando exerci o mandato em 2011. O recurso foi liberado pós o período eleitoral. Foram licitadas as obras, mas só foram entregues, executadas, em 2013, as emendas de minha autoria na condição de deputado federal. As 32 academias, em grande parte, já foram construídas, inauguradas. Eu não tive nem condições de colocar o meu braço na foto, porque eu não fui convidado para participar da inauguração.

Então, nem o meu braço pode estar na foto. O único documento que eu posso usar é a declaração da Câmara Federal que mostrava a minha emenda e a liberação do ministro dos Esportes. Tenho que agradecer, o governo já liberou todas as minhas emendas para aquela cidade.

Mas eu entendo e penso que o nosso papel é realmente ajudar as prefeituras, e acho que ninguém é dono de uma obra. Quem tenta ser dono de uma obra, hoje, vai quebrar a cara, porque a população quer que a obra aconteça, seja por meio de um prefeito, de um deputado ou de quem quer que seja.

Eu acho que o nosso papel é, independente do que acontecer, somar forças e continuar ajudando as cidades.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Concedo mais um minuto ao deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Gean Loureiro, eu espero ser convidado para a inauguração daquilo que ainda vão fazer. Porque eu relatei a cronologia do primeiro processo que é apresentar e conseguir a liberação. Agora, com relação às inaugurações, eu não sei se vai aparecer a minha mão, mas pelo menos tem o registro na foto. E quero agradecer à Assessoria de Imprensa daquela prefeitura, que registrou a minha assinatura nesse processo para validar tudo que falo desde fevereiro. Valeu Assessoria de Imprensa, que não deixou de registrar a minha validação nesse convênio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Pior não é quando se retarda o convênio, mas, sim, quando se assina o convênio, o dinheiro vai e tem que devolver. Isto é comum, e nos próximos dias vamos fazer algumas denúncias sobre a Prefeitura de São José, com relação à perda de recursos e devolução para o governo federal.

Com a palavra o próximo orador inscrito o sr. deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na desistência do sr. deputado Serafim Venzon, com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos

acompanha, autoridades, nosso vereador de Blumenau, representante dos Bombeiros Voluntários, enfim, todos que estão acompanhando esta sessão.

Nós recebemos uma carta chamada de Carta à Nação, que é do Conass - Conselho Nacional de Secretários da Saúde, preocupados com o contingenciamento de mais de R\$ 11 bilhões no Orçamento do Ministério da Saúde. Nós sabemos das dificuldades da área da Saúde, dificuldades na manutenção dos hospitais, e o governo federal, que tinha até alguns anos uma participação maior na área da Saúde Pública, vêm, a cada ano, reduzindo os recursos e agora faz o contingenciamento.

Ora, tirar dinheiro da Saúde! Já tirou da Educação, já cortaram dinheiro do Fies, Fundo de Financiamento ao Estudante, colocando a culpa nos computadores. Os candidatos, os alunos, não conseguiam acessar devido ao congestionamento da rede, do sistema, e nós sabemos que é o governo que corta os recursos, e ainda esconde a mão. Porque, quando deveriam explicar à nação, aos estudantes, as dificuldades de acesso à rede, simplesmente usaram de artifícios como justificativa.

E essa Carta à Nação é do Conselho Nacional de Secretários da Saúde - Conass, entidade representativa das Secretarias da Saúde, que vem lutando para que a população venha a receber R\$ 11.774 bilhões do Orçamento para investimentos na Saúde.

(Passa a ler.)

"O subfinanciamento do SUS retarda todas as tentativas de aprimorar seu desempenho nos seus 27 anos de existência, compromete as estratégias definidas e impede de cumprir os preceitos da universalidade, integralidade e da equidade. A União, que em 1993 era responsável por 72% dos gastos públicos com ações e serviços públicos de saúde, em 2013 já passou para pouco mais de 40%, quase a metade do que o governo federal investia na Saúde em 1993, sendo que em 2013 é quase a metade.

Então, estamos vendo o corte do governo federal com relação à Saúde, passando a

responsabilidade para os municípios e estados. Os municípios hoje, junto com os estados, respondem com 57,76%, quase 60% dos gastos de saúde pública em nível de país ou R\$ 111,96 bilhões”.

Então, é um alerta que recebemos, e a sociedade está acompanhando essas dificuldades.

Santa Catarina tem tido tantos cortes, não está vendo a BR-470 sair, as obras não andam, mas já vem projeto da ferrovia, quer dizer, é um projeto em cima do outro em forma de enganação. Na verdade, hoje o governo federal está responsável até pelos prejuízos que a economia catarinense vai sofrer.

Fiz um vídeo, porque em algumas rodovias federais catarinenses hoje a situação é catastrófica, intransitável, e a nossa economia precisa das rodovias.

Peço à assessoria que exiba o vídeo que produzi da BR-282, no trecho entre Chapecó e São Miguel D'Oeste.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Vejam que até parece as rodovias que mostrávamos do nordeste catarinense. Os veículos não conseguem andar, filmei vários trechos, e vi que o único comércio que está subsistindo, que está forte na região, é o de compra de rodas e de pneus. Inclusive, tenho amigos atuando nessa área que disseram que atendiam 5 ou 6 pessoas por dia, nos últimos tempos, e agora estão atendendo em torno de 30 pessoas. Como podem ver, os veículos ficam parados em cima da pista porque não têm condições de transitar.

É uma rodovia que, pelo número de veículos que aparecem nas imagens, tem um trânsito muito forte, e há necessidade de estradas para a economia do oeste catarinense.

Vejam, nas imagens, o tamanho das crateras. Isso foi filmado numa quinta-feira à noite, eu estava indo de Chapecó a São Miguel D'Oeste e caí numa cratera dessas. Parei o carro, porque achei que havia furado o pneu, e havia, na minha frente, quatro carros com famílias, enfileirados, debaixo de chuva, trocando pneu dos veículos.

Nas imagens está aparecendo um resumo que fizeram, mas que esfaleceu em dois ou três dias. Então, temos que lamentar muito. Já fomos no DNIT, já fizemos reuniões, já pedimos alguma solução.

Estamos vendo agora parte do trecho que, em tese, foi recapado há poucos dias. Fizeram um tapa buracos e a situação em nada melhorou.

Hoje vi nas correspondências que recebi do pessoal do oeste catarinense, de Itapiranga e de Serra Alta, reclamando da situação das rodovias, e que esse governo, nos últimos 12 anos, só conseguiu fazer lá foi isso aí que estamos vendo nas imagens, isso é, fizeram uma pintura.

Vejam se esta é uma rodovia de um estado como o nosso, com a produção e a economia que temos e uma rodovia como essa. Estamos precisando muito de rodovias.

Na BR-163, rodovia que está em recuperação e que continua em direção ao Paraná, a situação é pior ainda.

Fizemos este vídeo, mas antes disso aprovamos moção nesta Casa, fizemos ofícios, reuniões no DNIT, perguntamos se efetivamente eles não estavam preocupados com a situação, e não sei se os engenheiros de lá não relatam isso que estamos vendo aí, mas, infelizmente, a situação é lamentável.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Pois Não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Deputado Mauricio Eskudlark, eu também, no sábado, quando estava voltando de Florianópolis, tive um pneu furado numa cratera, na BR-101, perto de Itajaí. Passei em Chapecó, na semana passada também, por ocasião do seminário do FIA que organizamos na cidade, em direção a Joaçaba. Passamos uma dificuldade muito grande com as inúmeras crateras. E ainda mais na chuva, onde pouco se pode enxergar, a dificuldade, o risco é muito grande.

Então, parabênzo v.exa. pela preocupação, que deve ser generalizada no estado, porque tem poucas rodovias, e temos que fazer justiça, algumas

rodovias, que outrora eram esquecidas, hoje estão muito bem contempladas, estou falando de BRs.

Quero fazer aqui um agradecimento ao DNIT. Por exemplo, entre Jaraguá e São Bento do Sul, melhorou 1000% aquela rodovia. Mas a nossa função é pedir, exigir e fiscalizar.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Obrigado deputado Vicente Caropreso, eu falei um dia em patrolar a rodovia. E, como vimos nas imagens finais, o trânsito de caminhões tem causado aquele amontoado de asfalto. Daqui a pouco vamos ter que patrolar o asfalto para conseguir ter o trânsito de veículos na região.

Eu vou, todos os dias, a Balneário Camboriú, durante a semana, e o custo do pedágio, que até defendo, mensal, é em torno de R\$ 75,00. Isso é o que gastamos por mês de pedágio, passando todos os dias, ida e volta, daqui até a minha segunda residência ali em Balneário Camboriú. E lá no oeste, em cada viagem, você destrói um pneu, destrói uma roda. Então, para o cidadão, hoje, é melhor transitar em vias terceirizadas, onde tem pedágio, onde tem manutenção permanente - ontem tinha uns sete, oito, caminhões e máquinas recuperando a rodovia -, do que ter que enfrentar as nossas rodovias.

Como disse o deputado Vicente Caropreso, ainda mais se estiver chovendo. Se tiver neblina, ou for à noite, o cidadão não tem como transitar. Esse é um alerta que já fizemos oficialmente e agora estamos mostrando as imagens.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a manifestação de v.exa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que

acompanham esta sessão, cumprimento a todos. Queria destacar, nesse horário, dois temas relacionados à Educação. Um, relacionado à questão aqui do estado, e o outro, em termos nacionais.

Primeiro, em relação à questão nacional, que é o fato de que, desde ontem, estão abertas inscrições para o processo seletivo do ProUni, das chamadas bolsas do ProUni, que, nesse ano, nesse semestre, nesse período, deverá contemplar 116 mil bolsas no país, ofertadas em 850 instituições de ensino superior. Essas inscrições, que estão abertas desde ontem, vão até a próxima quinta-feira.

É importante destacar que esse programa do ProUni possibilitou e está possibilitando que milhares de brasileiros possam frequentar o ensino superior. Inclusive, o número de vagas dessa edição é até um pouquinho maior do que a ofertada no mesmo período do ano passado. No ano passado, foram 115.101 mil bolsas, e, nesse ano, são 116 mil bolsas.

Com certeza, o ProUni foi uma maneira que se criou para permitir que milhares de estudantes possam ter acesso ao ensino superior.

É claro que queremos mais instituições superiores públicas gratuitas e estamos participando de uma luta para a criação de mais *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul em Santa Catarina.

O *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul em Concórdia, que já está autorizado pelo ministério da Educação, com projeto encaminhado, precisa ser implementado, assim como os de São Miguel d'Oeste e Caçador.

Estamos lutando para isso, mas, independentemente dessa questão de novos *campus*, o ProUni é o mecanismo importante que tem para os estudantes poderem acessar. O ProUni oferece bolsas de estudos integrais e parciais em instituições particulares de educação superior que ofereçam cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Portanto, quero fazer essa divulgação e destacar a importância desse

programa, da manutenção e, se possível, no futuro também a ampliação.

O segundo tema que abordo está relacionado à educação, este voltado para o estado. Demos entrada, diríamos quase no *Tie-break*, deputado Maurício Eskudlark, do projeto do nosso Plano Estadual da Educação, já que pela lei teríamos o prazo não só para dar entrada, mas, na verdade, ele já deveria, até o dia 24 deste mês, estar aprovado. Obviamente que o plano, tendo dado entrada ontem, não terá condições, porque temos que debater aqui na Assembleia.

Acho que está sendo bem encaminhado, mas quero destacar o fato, mesmo com a demora da entrada do Plano Estadual da Educação. E essas metas que estão sendo colocadas serão debatidas e objetos da nossa apreciação e votação no Plenário, mas sob a perspectiva de que possamos ter, de fato, a educação em Santa Catarina com uma educação de ponta.

Nesse sentido, inclusive, torno a mencionar que tenho proposta de emenda constitucional alterando os valores destinados orçamentariamente para a Educação. Acho que, junto com o plano da Educação, esta Casa poderia dar um passo a mais, avançar e aprovar essa PEC que estabelece o recurso de 30% para a Educação, para aí, sim, podermos cumprir aquelas metas que estão propostas no plano que está ainda em forma de projeto. Mas, também, em nível nacional, há a questão do investimento de 10% do PIB em Educação, lembrando que não é apenas a União que precisa investir, são os estados e municípios também.

Portanto, nós podemos dar esse avanço em Santa Catarina, aprovando a PEC que apresentei aqui, que eleva os recursos destinados para a Educação.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa., deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra, o sr. Deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

(Passa a ler.)

"No dia 17 de junho de 2015, o PDT, Partido Democrático Trabalhista, comemora o seu surgimento, em 17 de junho de 1979, completando hoje seus 36 anos de vida. Nasceu lá em Lisboa, fruto do encontro dos trabalhistas do Brasil com os trabalhistas do exílio, liderados pelo nosso saudoso Leonel Brizola,

Seu objetivo era reavivar o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas, presidido por João Goulart e proscrito pelo Golpe de 1964.

Desse encontro, ao qual esteve presente o líder português Mário Soares, representando a Internacional Socialista, saiu a Carta de Lisboa, que definiu as bases do novo partido.

'O novo Trabalhismo' - dizia o documento - 'contempla a propriedade privada, condicionando seu uso às exigências do bem-estar social. Defende a intervenção do Estado na economia, mas como poder normativo, uma proposta sindical baseada na liberdade e na autonomia sindicais e uma sociedade socialista e democrática.'

Uma manobra jurídica, patrocinada pela ditadura, no entanto, conferiu a sigla a um grupo de aventureiros e adesistas, que se aliou às elites dominantes, voltando-se contra os interesses dos trabalhadores. Leonel Brizola, depois de 15 anos de desterro, Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro e outros trabalhistas históricos já tinham retornado ao Brasil, quando a Justiça Eleitoral entregou, em 12 de maio de 1980, o PTB àquele grupo.

'Consumou-se o esbulho', denunciou Brizola, chorando e rasgando diante da televisão um papel sobre o qual escrevera aquelas três letras, que durante tanto tempo simbolizara as lutas sociais no Brasil.

'Uma sórdida manobra governamental' - disse ele - 'conseguiu usurpar a nossa sigla para entregá-la a um pequeno grupo de subservientes ao poder... O objetivo dessa trama é impedir a formação de um partido popular e converter o PTB em instrumento de engodo para as classes trabalhadoras.'

Uma semana depois, nos dias 17 e 18 de maio, os trabalhistas autênticos reuniam-se no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para o Encontro Nacional dos Trabalhistas, que contou com a participação de mais de mil pessoas. Lá, foi anunciada a adoção de uma nova sigla para o partido - PDT.

No dia 25 de maio, outra reunião, desta vez na ABI - Associação Brasileira de Imprensa -, na Cinelândia, aprovou o programa, o manifesto e os estatutos do Partido Democrático Trabalhista.

O PDT passou então a dar cumprimento ao enunciado da Carta de Lisboa, organizando-se, inicialmente, em nove Estados, sobretudo a partir do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O autoritarismo, ainda vigente, baixou normas draconianas para favorecer o partido do poder - o PDS, antiga Arena, hoje PPB - e restringir brutalmente os partidos de oposição.

Não obstante, na primeira eleição democrática de 1982, o PDT elegeu Brizola governador do Rio de Janeiro, dois senadores - um no Rio e outro em Brasília -, 24 deputados federais, credenciando-se como uma das principais forças políticas do país.

Em 1983, antes da posse de Brizola, os pedetistas fazem nova reunião nacional, em que tiram a Carta de Mendes, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro que abrigou o encontro. Nesse documento, eles traçam as diretrizes da ação política para a realidade do novo Brasil saído das urnas.

O PDT criado por Brizola a partir da Carta de Lisboa se consolida como o verdadeiro partido com bandeiras históricas de pertencimento como a soberania nacional e a defesa das riquezas nacionais como a siderurgia, o aço e o petróleo.

E como princípio fundante a defesa intransigente dos direitos sociais e trabalhistas do conjunto de trabalhadores brasileiros.

Neste dia, em que resgatamos o fio da história, quero homenagear meus companheiros do PDT de todo nosso Brasil, do nosso estado de Santa Catarina, na pessoa do Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, nossa honra, nosso orgulho, nossa glória!

Parabéns, companheiros Pedetistas!"

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Parabéns, deputado Rodrigo Minotto, por lembrar uma data extremamente importante para a democracia brasileira. O PDT tem uma longa história neste país.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao Bloco Frente Renovação - PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de suspender a sessão, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores do município de Witmarsum, vereador Darci Spancerski, que, juntamente com vereadores daquela cidade e outros de toda Santa Catarina, estão participando de um curso aqui na capital do estado.

Parabéns a todos, sintam-se em casa na Casa dos catarinenses. Logicamente, a presença de v.exas., que representam o Parlamento Municipal, é muito importante para esta Casa.

Está suspensa a sessão até às 16h, para deliberarmos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0027/2015, 0029/2015, 0031/2015, 0035/2015, 0038/2015, 0042/2015, 0044/2015, 0046/2015, 0047/2015, 0049/2015, 0050/2015, 0051/2015, 0052/2015, 0055/2015, 0057/2015, 0058/2015, 0061/2015, 0062/2015, 0063/2015 e 0064/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Vamos deixar as mensagens de veto para o final.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0215/2015, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 16.012, de 2013, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Fraternidade Acadêmica Ciência e Artes de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0034/2015, de autoria do

deputado Dr. Vicente Caropreso, que institui o Dia Estadual da Conscientização sobre a Epilepsia.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0119/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que acresce os §§ 5º e 6º ao art. 4º da Lei n. 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico, para estabelecer a divulgação de procedimentos de emergência nos estabelecimentos que menciona.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Proteção Civil.

Em discussão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o deputado Ismael dos Santos apresenta um projeto de lei que tem por finalidade alterar, como v.exa. citou, a Lei n. 16.157. Esta lei exige que haja uma divulgação dos procedimentos de emergência, integrantes dos planos de emergência, quando há qualquer evento.

E o deputado Ismael dos Santos faz uma lista dos locais onde ele entende que deva ser obrigatória essa divulgação do plano de emergência. Ou seja, a saída, quando há um incêndio. E aí ele lista: apresentações musicais, espetáculos circenses, teatrais, salas de cinema, casa de dança, boates e similares, arenas

esportivas, estádios, ginásios de esportes e similares.

Eu até falei com o deputado Ismael dos Santos que, quando a pessoa faz uma lista, evidentemente que o plano dele é positivo, está querendo reforçar aquilo que está colocado ali, que a pessoa tem que procurar os bombeiros. Mas, ao fazer uma lista, acaba, às vezes, omitindo alguma coisa. Por exemplo, o deputado Gelson Merisio vai ser candidato a governador, de repente está num comício, lá tem dez mil pessoas, e não está aqui, o evento político não está citado aqui. Então, um evento político tem que entrar na lista para ter a mesma segurança que uma apresentação musical.

Então, eu queria sugerir ao deputado Ismael dos Santos que colocasse o item sétimo, dizendo na redação que em qualquer evento que aglomera pessoas se faz necessário. Eu lembrei aqui, ao olhar rapidamente, que quando tem um evento político, que diz respeito a nossa área, não está contemplado. Assim, para a segurança do nosso candidato a governador, eu quero fazer essa sugestão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Fernando Coruja, apenas para não haver mal-entendido, vamos substituir o exemplo por uma candidatura à Câmara Federal, à Assembleia Legislativa, porque fica mais ameno. Mas, o exemplo é válido.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com o exemplo do deputado Fernando Coruja, não há nenhuma dificuldade em acatar a proposição do referido deputado. Apenas, lembro que esse projeto surgiu logo após aquela tragédia da boate *Kiss*, e durante esse tempo ficou tramitando na Casa. E o projeto é muito modesto, muito simples, objetivo, ele busca divulgar, antes dos eventos ou na abertura, basicamente as rotas

de fuga e onde estão os extintores, essa é a proposta do projeto.

Mas, eu não vejo nenhuma dificuldade, como disse, em acatar a proposta do deputado Fernando Coruja.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Apenas para compreensão, deputado Ismael dos Santos, nós votamos a matéria?

(Pausa)

Cabe emenda em Plenário, se for de sua compreensão, nós retiramos a matéria, fizemos uma emenda de Plenário e fizemos a tramitação da matéria no tempo.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu acato a emenda do deputado Fernando Coruja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então, está transformada em emenda de Plenário, que será depois apensada ao processo. O projeto retorna a CCJ para que a análise da emenda de Plenário seja oportunamente apreciada pela comissão.

Está retirado de pauta com o apensamento de emenda de Plenário do deputado Fernando Coruja, com a aquiescência do autor, deputado Ismael dos Santos.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0300/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que proíbe a realização de concurso público para preenchimento de cadastro de reserva e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Sobre essa matéria há uma emenda de Plenário, feita pelo deputado Fernando Coruja, que altera a denominação de um artigo mudando basicamente o § único, que diz que não poderão ser realizados novos concursos públicos para os mesmos cargos, e não vagas, durante o período previsto no *caput* deste artigo.

Como se trata de emenda de Plenário, obrigatoriamente a matéria retorna para a CCJ.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Eu só quero, sr. presidente, mesmo não tendo a deliberação na tarde de hoje, trazer uma discussão de quem convive com as decisões recentes referentes aos concursos públicos.

Hoje, se o gestor público realizar o concurso, estão determinando o número de vagas e a obrigatoriedade de chamar no período.

Entretanto, em algumas atividades, não se tem a certeza se isso vai ser necessário. Daí a figura do cadastro. Se nós proibirmos o cadastro reserva, toda abertura vai obrigar no chamamento de todos.

Então, aquele que faz o concurso para o cadastro reserva já tem o conhecimento que pode ou não ser chamado em sendo aprovado. Se não tiver a figura do cadastro reserva, daqui a pouco, prefeituras e outros órgãos não vão mais estar realizando concurso, só quando tiver eminência de ter. E aí, quando tiver a eminência de ter o concurso, até realizar o concurso e chamar, vai um longo tempo. Assim a competitividade do Poder Público e da iniciativa privada fica muito difícil. É só uma reflexão para avaliarmos, diante de dificuldades que às vezes vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Gean Loureiro, a título de debate, também de ponto de vista, e exercendo uma função administrativa, por aqui passou o deputado Romildo Titon e outros presidentes, o histórico que se tem, concordo em parte com v.exa., mas também há outra parte. Todo concurso aberto com vagas de reserva traz uma pressão política para os gestores, para a nomeação destes cargos, que muitas vezes avança a necessidade do preenchimento.

Então, são temas relevantes que, pensando do ponto de vista do processo público, cabe um debate consistente. E acho muito pertinente seus

argumentos. Mas vejo com muita atenção o projeto do deputado Jean Kuhlmann e também a emenda do deputado Fernando Coruja. Vendo como gestor que exerce uma função, e v.exa. sabe que o deputado Romildo Titon já foi presidente desta Casa, então sabe que traz essa dificuldade. Sinceramente, eu não conheço nenhum caso de cadastro positivo com vaga aberta que, ao final do concurso, não haja preenchimento, porque a pressão é insustentável.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, a primeira questão que foi levantada pelo deputado Gean Loureiro é que o STF decidiu que, uma vez que se faça o concurso, as vagas oferecidas devem ser preenchidas.

Então, o que os concursos públicos começaram a fazer é não oferecer um número elevado de vagas. Muitos concursos oferecem uma ou duas vagas, e aquelas vagas, necessariamente, terão que ser preenchidas. O próprio cadastro reserva são as vagas que não foram oferecidas no concurso.

A ideia de um cadastro reserva tem sido largamente combatida nos meios jurídicos, entendendo que é inconstitucional.

Aqui, na verdade, o deputado Jean Kuhlmann apresenta um projeto proibindo a realização de concurso público para cadastro reserva.

Eu penso que no mérito é adequado, porque isso não tem eficácia do ponto de vista... E, se formos levar ao pé da letra, chega ao Supremo e vão dizer que o cadastro de reserva é inconstitucional.

Agora, o que eu apresentei em uma emenda, é porque a redação diz o seguinte, no parágrafo, que não poderão ser realizados novos concursos para as mesmas vagas durante o período previsto no *caput* desse artigo. Então, já há decisão que não se pode fazer um novo concurso se tem pessoas adequadas ao cargo naquele período.

Eu sugiro aqui, só para reafirmar, não poderão ser realizados concursos para os mesmos cargos.

Tendo em vista que as vagas foram preenchidas. O concurso é feito para o cargo. A vaga é o preenchimento.

Então, por isso, fiz uma emenda de plenário no sentido de colaborar, mas quero me manifestar com as preocupações que, evidentemente, o deputado Gean Loureiro tem, que todos os deputados têm, com o serviço público. Nós vivemos um momento em que é preciso.... Estamos discutindo o Fator Previdenciário, e alguns alegam que é uma demagogia votar pela derrubada do Fator Previdenciário.

Mas o Fator Previdenciário atinge os celetistas, que muitas vezes ganham um salário pequeno.

O grande problema, e eu sou servidor público também, é que hoje o problema do gasto público fundamentalmente está no serviço público. O serviço público, em determinado momento, vai ter que ser reformulado e reformado, porque pode haver o risco de entrarmos em colapso.

Então, toda essa questão de Direito Administrativo tem que ser bem tratada para que o país tenha um futuro. Por isso, eu apresentei esta emenda de Plenário.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, eu quero apenas agradecer as colaborações do deputado Gean Loureiro e do deputado Fernando Coruja. Entendo, realmente, que a emenda dele venha acrescentar e colaborar com a redação, até deixando o texto mais claro, e isto é importante para não criarmos dúvidas com relação à matéria. Por isso, peço a v.exa., dizendo que tem a aquiescência deste deputado com relação à emenda do deputado Fernando Coruja, porque acrescenta, soma ao projeto.

Então, quero pedir aos srs. parlamentares e dizer da nossa concordância como autor da matéria. Estou pedindo encaminhando favorável à emenda do

deputado Fernando Coruja para que a matéria possa voltar à comissão de Constituição e Justiça e ser discutida. Estou me manifestando favorável às colocações apresentadas pelo deputado Fernando Coruja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A matéria está retirada de pauta, e encaminhada à comissão de Constituição e Justiça com a emenda apensada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0368/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que estabelece objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e de estímulo à adoção de medidas preventivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

O SR. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, eu julgo este um projeto importante que está tramitando nesta Casa, que estabelece objetivo e estratégia de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e estímulo à adoção de medidas preventivas. E nós temos falado tanto em campanhas preventivas, tem a campanha do Outubro Rosa, com relação especialmente ao câncer de mama, tem a campanha Novembro azul, e este projeto trabalha nesta linha de estratégias. Tanto isto é verdade, eu tenho uma matéria jornalística de um jornal da mídia do estado do Amazonas, e um deputado, pelo que me consta, é o presidente da Assembleia Legislativa, faz uma citação nominal falando sobre esse assunto. E cita que, no sul, um deputado estadual de Santa Catarina, o deputado Neodi Saretta, propôs este projeto. Esta matéria repercute lá no estado do Amazonas, por isso, acho importante.

O deputado Fernando Coruja me procurou a pouco, e talvez tivesse alguma sugestão para acrescentar a este projeto, com certeza ele sempre tem. Então, eu gostaria de sugerir a v.exa., até para que se possam ouvir sugestões, e, por ventura, alguma emenda do deputado Fernando Coruja, para não ficar de forma, às vezes, atabalhoada, de forma verbal, para retirar esta matéria da pauta e incluímos na outra semana a votação, e nesse meio tempo vamos conversar com o deputado Fernando Coruja.

Também queria, antes de v.exa. deferir, pedir pela sua bondade, registrar as presenças dos vereadores Ulisses Baesso, de Serra Alta, e José Roni, que estão prestigiando esta sessão, desejando boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, e mais uma vez obrigado pela compreensão.

Está retirado de pauta o Projeto de Lei n. 0368/2013.

Pedido de Informação n. 0132, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca das atividades de divulgação das formas de contágio e prevenção da hepatite, durante a Semana Estadual de Combate a Hepatites.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0133, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre existência ou não de projeto de pavimentação asfáltica da SC-365, no trecho entre os municípios de Aberlardo Luz e Passos Maia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0075/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, apelando pela aprovação do Projeto de Lei n. 7.900/2014, que autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Pedagogia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, eu gostaria de anunciar e cumprimentar os vereadores da cidade de Gaspar, o presidente da Câmara de Vereadores, José Hilário Melato, e o vereador Luis Carlos Spengler Filho, o Cuquinha, filho do nosso grande amigo Cuca, de Gaspar, que também é vereador.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero registrar a presença de vereadores que estiveram em nosso gabinete, quando em visita nesta Assembleia Legislativa, do município de Iraceminha, Jean Carlos Nyland,

Evandro João Rauber, Luiz Carlos Zanella e Nilo José De Marco; de Itapiranga, Afonso Utzig, Edgar Hickmann; de Serra Alta, já registrados pelo deputado Neodi Saretta, Ulisses Baesso e José Roni; o secretário de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, Miguel Luiz Schneider, o assessor de comunicação, vereador Vandro Luis Welter; bem como vereadores do município de Maravilha, Atenor Wazlawik e seu pai, e Sergio Bourscheid.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sejam todos bem-vindos à este Parlamento.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0597/2015 e 0598/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0599/2015, 0600/2015 e 0601/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0602/2015 e 0603/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0604/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0605/2015 e 0606/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0607/2015, de autoria da comissão de Direitos Humanos e 0608/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Outrossim, comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0465/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0466/2015 e 0467/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Não há mais matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Peço licença a v.exa. para me retirar, porque vou cumprir uma missão dada por v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. está autorizado a se ausentar.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputada Ana Paula Lima, que representa as mulheres, neste momento, aqui neste plenário, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, vereadores de vários municípios presentes nesta sessão, tivemos hoje a visita, no nosso gabinete, de um vereador e duas vereadoras do município de Modelo.

Quero cumprimentar nosso prefeito Daniel Kothe, de Saudades, e o vice-prefeito, Osmar Prestes, o Sadan, que estão nesta Casa também, reivindicando, buscando projetos e políticas para o desenvolvimento do referido município.

Sr. presidente, quero comunicar que, hoje pela manhã, estive em Lages, e quero, desde já, cumprimentar o nosso secretário de Assistência Social pelo grande trabalho que vem fazendo naquela cidade. E estará realizando, hoje e amanhã, a 4ª Conferência Municipal de Assistência Social, um trabalho extraordinário feito pelo nosso secretário e toda sua equipe. Estive lá, representando esta Casa e a comissão de Direitos Humanos, para discutir as políticas de assistência social, e o sistema unificado de assistência social no país, que foi construído com muito trabalho e muita dedicação por todos os setores envolvidos desta área no nosso país.

Então, quero parabenizar o nosso secretário Luiz e toda sua equipe pelo belo seminário que está sendo realizado em Lages no dia de hoje e amanhã.

Quero, também, sr. presidente, registrar a grande audiência pública realizada ontem, nesta Casa, por proposição deste deputado, na comissão de Trabalho e Serviços Públicos, discutindo o rumo, o futuro do serviço público do nosso estado, a tão anunciada reforma administrativa e mudanças anunciadas pelo governador Raimundo Colombo, que desde janeiro vem anunciando, através da imprensa e em vários espaços, as reformas que fará, inclusive no sistema de previdência do estado.

Estiveram presentes várias entidades sindicais, trabalhadores, enchemos esta Casa, e debatemos a situação e o futuro do serviço público

do nosso estado. Foi um grande debate, mas, infelizmente, só compareceu um diretor da secretaria de Educação, as demais secretarias não vieram.

Isso é lamentável, pois quando esta Casa faz debates e propõe debates como este, é tendo em vista a situação atual, porque nós, quando propomos algum evento, uma audiência pública e um seminário, fazemos isso porque a sociedade nos cobra nos roteiros, nas visitas, nas audiências públicas, quando vamos aos municípios, nas Câmaras de Vereadores, junto com os prefeitos e com a sociedade, discutindo os temas da Segurança Pública, da Saúde, da Educação e da Agricultura, tema este discutido pela comissão de Agricultura no restaurante Lindacap, há uns dias, com as entidades do setor da agricultura.

Temos uma preocupação muito grande com a Epagri, com a Cidasc. Nós trouxemos esse debate aqui, e o estado precisa estar presente, sim. Os trabalhadores estão muito preocupados com o processo de terceirização e privatização que está ocorrendo nos serviços públicos no estado. O aumento de custo, o estado alega que está terceirizando para baratear o custo, mas não é verdade. O próprio Tribunal de Contas tem dados concretos de que lá nos presídios, em Santa Catarina, onde o serviço é terceirizado, ele dobra o valor. Tem outras experiências que triplicam o valor. Inclusive, encaminhamos na audiência pública que nós vamos criar uma comissão permanente, com a participação desta Casa, da comissão de Trabalho e Serviços Públicos, para acompanhar o processo de custo da terceirização no nosso estado, ou seja, o aumento de custo dos serviços em todas as áreas.

Então, entendemos que, além do aumento de custo, piora o serviço para a sociedade. Vamos pegar só um exemplo da Educação, onde quase metade dos nossos professores, educadores, são ACTs, portanto, ainda não terceirizados, mas que não são concursados, não estão totalmente preparados para estar dando aulas aos nossos filhos.

Então, os encaminhamentos que fizemos junto à audiência pública é de criar essa agenda permanente. Criar uma agenda de debates, levantamento de situações nas mais diversas áreas. Trazer para o debate, nesta Casa, junto ao governo.

O segundo passo, é intermediarmos uma audiência com o governador do estado para discutir justamente essas grandes questões que estão colocadas aí, na perspectiva de desmonte de grande parte do serviço público do nosso estado.

Outra questão de sugestão que se precisa fazer é em relação à mudança que se propõe na Previdência, os cortes na Previdência. Querem cortar concursados para diminuir a máquina pública. Por que não começam por outro campo, por outro processo, de uma reforma profunda na máquina pública do estado, por exemplo, reduzindo o número de secretarias regionais. Esse seria o primeiro passo que a audiência pública aponta.

O segundo passo é na perspectiva de fazer concurso público, porque está se comprovando, com dados e informações, que é mais barato, diminuir custos, quando o estado contrata e ele faz o serviço. Isso ocorreu na alimentação escolar, isso está ocorrendo, e estamos buscando esses dados, na alimentação dos presídios.

A terceirização, pelas informações que estamos buscando, aumentou mais que o dobro o custo da alimentação nos presídios, e tantos outros exemplos que vamos trazer presente.

Também, outra questão que veio muito forte foi o tema da renúncia fiscal. O estado, hoje, de um valor de Orçamento em torno de R\$ 20 bilhões, mais de R\$ 5 bilhões são de renúncia fiscal, isenções fiscais. A pergunta que fica, não que somos contra incentivar setores que estão com problemas. Mas isso não pode ser uma política permanente, tem que avaliar periodicamente essas isenções, essa renúncia fiscal, porque ela pode criar grandes distorções na política econômica do nosso estado e reduzir a arrecadação.

Outra questão, é mais firmeza quanto à sonegação fiscal no estado. A avaliação é de que

Santa Catarina também continua tendo um processo de sonegação fiscal e que precisa ser cobrado, porque aí também se faz uma grande injustiça. Alguns pagam e outros não pagam, criando assim uma grande injustiça.

Então, são outras formas de atacar, do que atacar primeiro, diretamente os trabalhadores do serviço público, piorando ainda mais a Saúde, a Educação, a Segurança, o investimento na Agricultura, nas nossas garantias na questão sanitária animal e vegetal, que estão hoje extremamente ameaçadas com essa diminuição do papel do estado nessas áreas.

Então, foi uma audiência pública muito bem debatida, muito bem discutida e que, com certeza, elabora muita política que pode ser debatida, inclusive nesta Casa no futuro, com projetos e política na defesa do serviço público.

Ontem, ficou muito claro que não se pode mexer, da forma que se pensa, com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras catarinenses. Há um grande processo organizativo, um grande processo de debate em curso que, com certeza, esta Casa precisa participar mais ativamente.

Era isso, sr. presidente, que queria registrar no dia de hoje, sobre a audiência pública e agradecer ao nosso presidente, deputado Serafim Venzon, que acolheu o nosso pedido, ao deputado Natalino Lázare, à deputada Luciane Carminatti, aos deputados que participaram desta audiência pública no dia de ontem.

Também agradeço, sr. presidente, toda a Casa por esta possibilidade de realizarmos esse grande debate, ontem, pela comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com muito sentimento, sr. presidente, srs. deputados,

queremos anunciar o falecimento de um grande amigo, companheiro da cidade de Blumenau, o Tito José Farias, um ícone de nossa cidade, do CTG Fogo de Chão, inclusive, ontem, estivemos lá, deputado Ismael dos Santos.

Foi uma grande perda, esse grande companheiro que faleceu no dia de ontem, e foi cremado no dia de hoje. Os nossos sentimentos de pesar à família, aos amigos. Também gostaria de dizer que Tito realmente foi uma pessoa muito especial na nossa família e também para a cidade de Blumenau.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Só queria registrar também a presença, na audiência pública de ontem, da deputada Ana Paula Lima e do deputado Cesar Valduga, nosso grande companheiro de peleia do serviço público.

SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados que permanecem na Casa, srs. vereadores e prefeitos, nossos ouvintes da Rádio Alesc, telespectadores da TVAL.

Também os nossos sentimentos à família Farias, de Blumenau, pela perda desse ilustre cidadão da nossa cidade.

Deputado Dirceu Dresch, eu acompanhei atentamente o seu discurso, acho que v.exa., de fato, argumenta com precisão algumas das deficiências do estado brasileiro, não só do estado de Santa Catarina, mas da federação, dos municípios. Tenho apenas uma pequena emenda, se me permitir, deputado Dirceu Dresch, em relação à renúncia fiscal.

É preciso, naturalmente, averiguar, cuidar com carinho da saúde do erário público, mas é preciso avançar em algumas áreas, e eu cito aqui, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que comigo é um defensor no

Fórum de Energias Renováveis, o exemplo das indústrias que estão se instalando no país, e Santa Catarina está ficando para trás, por exemplo, nos painéis fotovoltaicos, porque não há um incentivo às empresas, que estão no Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Então, há alguns setores que precisam, de fato, serem olhados com carinho, sob pena de ficarmos para trás, principalmente nessa corrida da tecnologia.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Concedo um aparte à v.exa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Agradeço e parablenizo a iniciativa do debate que v.exa. traz para esta tribuna.

É justamente isso que eu cobro, qual é o setor que precisa, dos setores novos que se instalam. Eu, inclusive, tenho um projeto, aqui, que cria mecanismos para o estado, dá incentivos fiscais para a microgeração de energia, para fortalecer, onde as próprias residências possam produzir a sua energia.

Então, eu concordo, o nosso governo federal também faz renúncia fiscal, mas tem que avaliar periodicamente, porque senão está prejudicando outros setores, pois, às vezes, a livre concorrência precisa existir. Um recebe e outro não recebe incentivo.

Então, permanentemente, precisa ter uma avaliação, se o setor ainda continua precisando de renúncia fiscal ou se ele já pode pagar o seu imposto em dia. Então, é isso que nós levantamos, mas concordo com v.exa., precisa ter setores novos, especialmente na economia, e que necessitam de apoio e suporte público.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado. Concordamos com o bom-senso.

Eu gostaria de trazer outro tema, sr. presidente, que está em debate, em todo o país, deputado Natalino Lázare, e que, sem dúvida, ecoa

também nesta Casa, que é a questão da maioria penal.

Se formos escutar, ouvir, estar atentos às pesquisas, aos contatos de rua, a grande maioria brasileira, com certeza, quer a diminuição da maioria penal, de 18 para 16 anos.

Eu debati muito esse assunto, há duas décadas, quando fui o secretário municipal da Criança e do Adolescente, e já participava também dos debates do Estatuto da Criança e do Adolescente. É claro que diante da violência que o Brasil atravessa, e não é privilégio de nenhuma região, é preciso endurecer, sem dúvida alguma, a pena para menores de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe de que essas infrações possam ocorrer até três anos. Qual é a nossa leitura e o nosso parecer enquanto deputado nesta Casa.

Eu acho que é necessária uma legislação que amplie o tempo de internação, poderíamos chegar até 10 anos, principalmente para crimes hediondos cometidos por adolescentes infratores. Agora, somos contrários a que estes adolescentes infratores sejam colocados em cela comum.

Nós entendemos que é preciso que haja estabelecimentos especiais para acolher esses infratores. Porque senão, em vez de diminuir a violência, nós vamos aumentar a violência, porque vão estar em celas comuns com adultos, em cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado em criminalidade.

Então, a nossa posição neste assunto é muito clara, acho que é preciso, de fato, ampliar a pena, em especial para crimes hediondos, mas que essas penalidades sejam cumpridas em estabelecimentos especiais.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Deputado Ismael dos Santos, é muito oportuno o debate da redução da maioria penal, já que existe uma tendência de a Câmara Federal deliberar nas próximas semanas

a alteração da norma, podendo reduzir para 16 anos, como é uma proposta prática.

Entretanto, eu participei de um debate, recentemente, de todas as correntes, desde o ponto de vista da avaliação dos policiais, do ponto de vista da avaliação do mundo jurídico, daqueles que trabalham no mundo jurídico na área da infância e adolescência, e das correntes dentro da Câmara Federal, da tendência que possa ser deliberada.

Hoje, todas as pesquisas mostram que existe uma maioria esmagadora da opinião pública favorável à redução da maioridade penal. Entretanto, essa pesquisa é uma pesquisa quantitativa, ela pergunta se você é a favor da redução da maioridade penal.

E a *Folha de São Paulo* divulgou recentemente, é quase 90%. Um dos partidos fez uma pesquisa *online*, é quase 92%, isso em qualquer local. A população não suporta mais a violência, e ela acha que qualquer atitude que for tomada pode reduzir a violência, e não consegue, muitas vezes, ter a empatia necessária de estar no outro lado, tendo a percepção do jovem de 16, 17 anos, e dessa mudança que pode acontecer em um minuto. Em um minuto eu posso deixar de ter uma maneira de pena e passar a ter outra.

Existe outra corrente que defende que possa ter a redução, desde que tenha uma avaliação psicológica prévia que dê condição ao magistrado, ao juiz que vai julgar, de poder avaliar, que se ele já teve 82 passagens pela polícia e está retornando, a condição psicológica dele não permite mais integrar o sistema de internatos existentes hoje, através dos centros educacionais, que isso poderia ocorrer.

Entretanto, a contraproposta que vem para evitar barrar a aprovação pura e simples para 16 anos, que acho que vai ser uma tendência de o Congresso aprovar, é essa possibilidade de ampliar para cinco anos, que seria uma opção a discutir. Eu acho que mesmo que nós não tenhamos o poder de deliberação, temos que travar o debate dar a nossa manifestação, pois a população não suporta mais o quadro que está se apresentando. E volto a dizer,

se ele teve o registro de 82 boletins de ocorrência, o estado perdeu 82 chances de tentar recuperá-lo. Ele recebeu o aviso 82 vezes e não teve condições, porque muitas vezes não é só a legislação. Nós sabemos as condições dos nossos centros educacionais pelo Brasil afora, ou seja, não está sendo cumprido o objetivo principal, que é o de educar. Agora, não sabemos se a cela de um adulto vai ser o local mais adequado para isso se concretizar.

A população observa o sentimento de impunidade, a utilização do menor, aquele que tem 16, 17 anos para cometer o crime orientado pelo adulto, para fugir da pena. Mas isso poderia acontecer com o de 15 anos ou com o de 14, que tem talvez menos percepção e condição. Então, só esperamos que o Congresso Nacional não venha a agir apenas com base na emoção e que tenha dados concretos para deliberar. Acho que se mudar isso, não vai mudar o problema da segurança no dia seguinte, mas pode trazer um novo debate, um novo formato, porque quem é atingido por um jovem de 16 anos acha que essa mudança pode definitivamente resolver. Mas o debate tem que ser maduro, tem que ser responsável. Mas, o mais importante disso é a reflexão sobre as estruturas do estado para lidar com a criança e adolescente, que estão defasadas.

Nós sabemos disso. Por isso, acho que temos que voltar cada vez mais a falar sobre esse tema, para poder cobrar do estado, porque se a estrutura dos nossos jovens fosse melhor, talvez não estivéssemos discutindo aqui a situação da maioridade penal.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentá-lo por esse debate. Mas olhando por outro viés, nós não podemos perder de vista que todo esse problema se origina lá na maior instituição social do planeta, que é a família. Nós temos que começar lá embaixo, através da família, pois uma família bem estruturada e

através da educação, quem sabe hoje não teríamos esse tema para ser discutido no país. Então, não devemos esquecer, nessa conjuntura toda, a relação família e educação.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Bem lembrado, aliás, o IBGE trazia, em 2014, 235 mil divórcios no Brasil. E o resultado disso está aí, nas ruas.

Para concluir, quero agradecer o governador, pois hoje recebi uma ligação de v.exa. confirmando a liberação de R\$ 10 milhões para o Programa Reviver, que vai garantir, para os próximos 10 meses, a possibilidade de acolher em torno de 1.000 jovens/mês, que queiram, de fato, estar nas comunidades terapêuticas para um programa de reinserção social e de substituição da sua dependência química.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Cesar Valduga, a quem concedo a palavra, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO VALDUGA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de cumprimentar, primeiramente, de forma especial o sr. Martins, pai do vereador Antenor, de Maravilha; também o Sérgio, que nos prestigiam nesta tarde. Sejam bem-vindos, bem como os vereadores dos demais municípios que se fazem presentes nesta Casa.

Quero fazer o registro de mais um acontecimento, dessa vez em Chapecó. O município, de sábado para domingo, viveu um momento difícil quando um vendaval destruiu muitas casas, galpões, chiqueirões, aviários. Enfim, muitas famílias ficaram desabrigadas. De forma bastante solidária, o povo de Chapecó se irmanou, bem como os órgãos governamentais, a Defesa Civil, o Poder Público Municipal. A assessoria deste deputado também ajudou, e posso dizer que não apenas se solidarizando, mas buscando ações efetivas para a atenção às famílias e a reconstrução das perdas. Até a Defesa Civil deu o seu apoio pela infeliz

experiência que também Xanxerê e Ponte Serrada viveram poucos dias atrás.

Por isso a importância de termos naquela região um radar meteorológico, no que já estamos trabalhando com o ministro de Ciência e Tecnologia do meu partido. Estamos trabalhando nesse sentido, porque ações preventivas, educativas são importantes. As escolas e a imprensa desenvolvem um importante trabalho no sentido de orientar as ações, dada à frequência desses fenômenos que vêm acontecendo na região. Esperamos que a burocracia não emperre o andamento e que ações efetivas e imediatas sejam efetuadas para minimizar os efeitos desses fenômenos que acabam atingindo a vida das pessoas.

Quero também fazer o convite a todo o povo da região do oeste de Santa Catarina para que participem das audiências que ocorrerão neste estado, e cumprimento o governo pela iniciativa, em que serão debatidas as políticas públicas do PPA, da LOA, para os próximos anos, de 2016 a 2019.

Então, que essas demandas venham até as audiências públicas para que possamos colocar como prioridades, que, com certeza, isso possa possibilitar a esse Parlamento, a todos os deputados, fazer um bom trabalho, trazendo as demandas principais das nossas regionais em todo o estado de Santa Catarina, mas mais propriamente no oeste catarinense, que começa a partir do dia 22, segunda-feira, em Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira; dia 23, terça-feira, em São Lourenço do Oeste, Maravilha, Palmitos; dia 24, quarta-feira, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Caçador, Videira, Campos Novos e também, Lages e São Joaquim.

Assim, quero aproveitar para tratar de um tema que aqui é muito importante e preocupante, mas que de uma forma pedagógica, propositiva, sugestiva e orientativa será abordada junto com a comissão de Agricultura e Política Rural, capitaneada pelo deputado Natalino Lázare, e também junto à comissão que eu presido, a de Legislação Participativa, em uma audiência pública no

município de Chapecó, onde convidamos diversos órgãos governamentais, como a secretaria de estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, a Cidasc, enfim, lá participarão representantes que protagonizaram essa audiência pública, o CTG Bate Casco, onde o patrão da entidade, Leno e outros, quando iremos tratar sobre a questão da sanidade animal, que nada mais é do que sobre o Mormo, ou o Lamparão. Os antigos que falavam mais, que é a doença do cavalo, infectocontagiosa, dos equídeos, que pode ser transmitida ao homem e, também, aos animais.

Essa doença se manifesta por um corrimento viscoso nas narinas e na presença de nódulos subcutâneos nas mucosas nasais e nos pulmões. Os animais contraem o Mormo pelo contato com o material infectante do doente, como pus, a secreção nasal ou pela urina, ou muitas vezes pelas fezes.

Então, precisamos buscar medidas preventivas. Sempre costumo falar que nós temos culturalmente aquela mania, aquela cultura de nos preocupar mais, muitas vezes, com as doenças, mas por que não com a prevenção.

E é nesse sentido, deputado Ismael dos Santos, que queremos fazer uma audiência, acima de tudo responsável, pedagógica, sugestiva, orientativa. Assim, nós estamos nos irmanando, como também o povo dos CTGs, dos cavalarianos, enfim, aqueles que mexem principalmente com o cavalo. E medidas preventivas, sem dúvida nenhuma, são importantes, e também buscar essa parceria.

Quero parabenizar o Bate Casco do município de Chapecó, daquela região os CTGs, de uma forma muito consciente de que seja uma audiência pública orientativa, até porque muitos focos, deputado Ismael dos Santos, nós temos em diversas cidades do Rio grande do Sul, lá na divisa com o Paraná. E a Cidasc, deputado Padre Pedro Baldissera, que desenvolve um trabalho importante na fiscalização. Aí quero parabenizar a Cidasc, a nossa Epagri. Saudade da nossa querida Acaresc. Lembro-me, quando eu era mais jovem, tinha os Extensionistas da Acaresc que faziam um trabalho importante.

Mas o importante, deputado Padre Pedro Baldissera, é que a Epagri seja cada vez mais fortalecida, no trabalho de pesquisa, de campo, enfim, essa participação, esse movimento, esse sentimento público, essa energia que eles transmitem ao nosso homem do campo, o nosso agricultor.

Então é nesse sentido que nós queremos enfim parabenizar a todos aqueles lá de Chapecó que protagonizaram essa audiência pública.

Quero mandar um abraço para o Barbieri, que é o presidente da Cidasc, que estará presente também. E, de uma forma muito tranquila, de uma forma muito pedagógica, nós queremos irmanar, buscar aliados no sentido de termos ações preventivas com relação a essa doença, que é a doença do Mormo, que há 11 anos nós não ouvíamos mais falar, mas agora está começando a pintar por aqui, e temos que eliminá-la.

E Santa Catarina está livre dessas doenças. Nós estamos livres! Mas queremos, deputado Padre Pedro Baldissera, de uma forma preventiva e pedagógica, fazer essa audiência pública. Convidamos todos os deputados para participarem, que venham até a nossa querida Chapecó, nossa região onde serão todos bem-vindos, para fazermos esse grande debate.

Portanto, deputado Padre Pedro Baldissera, nosso grande abraço, deputado Ismael dos Santos, que está nos prestigiando neste momento, também quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo, principalmente para aqueles que dependem e vivem no mundo da dependência química, inclusive em Chapecó e região, e v.exa. faz um belo trabalho no estado de Santa Catarina, quero dizer que sou seu parceiro, quero estar sempre junto e irmanado ao trabalho que v.exa. realiza em todo o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação pelo deputado Cesar Valduga.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra à todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Dia Estadual do Agente Penitenciário.

Está encerrada a sessão.